

Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes – PE

JABOATÃO DOS GUARARAPES

Auxiliar Educacional – Auxiliar de Apoio Pedagógico

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO.....	9
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE.....	12
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.....	14
■ RELAÇÃO DO TEXTO COM SEU CONTEXTO HISTÓRICO.....	16
■ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	17
Sinonímia.....	18
Antonímia	18
■ DISCURSO DIRETO, DISCURSO INDIRETO E DISCURSO INDIRETO LIVRE.....	19
■ INTERTEXTUALIDADE	21
■ FIGURAS DE LINGUAGEM	24
■ MORFOSSINTAXE	27
ELEMENTOS ESTRUTURAIS.....	27
PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	29
■ PONTUAÇÃO.....	31
■ PRONOMES.....	33
■ FLEXÃO NOMINAL	37
■ FLEXÃO VERBAL	39
CORRELAÇÃO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS.....	39
Vozes do Verbo	42
■ COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO	44
■ REGÊNCIA NOMINAL E REGÊNCIA VERBAL	47
■ CONCORDÂNCIA NOMINAL E CONCORDÂNCIA VERBAL.....	49
■ CONECTIVOS.....	53
■ REDAÇÃO	57
ORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE ORAÇÕES E PERÍODOS; EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS.....	57

CONFRONTO E RECONHECIMENTO DE FRASES CORRETAS E INCORRETAS.....	58
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO-LÓGICO.....	93
■ ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	93
DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES.....	94
■ COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DA LÓGICA DAS SITUAÇÕES: FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS.....	94
RACIOCÍNIO VERBAL.....	94
RACIOCÍNIO MATEMÁTICO.....	95
RACIOCÍNIO SEQUENCIAL.....	95
ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	95
■ COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS.....	95
■ NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS: OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO).....	97
POTENCIAÇÃO.....	100
EXPRESSÕES NUMÉRICAS.....	101
MÚLTIPLOS E DIVISORES DE NÚMEROS NATURAIS.....	102
PROBLEMAS.....	102
■ FRAÇÕES E OPERAÇÕES COM FRAÇÕES.....	103
■ NÚMEROS E GRANDEZAS PROPORCIONAIS.....	104
RAZÕES E PROPORÇÕES.....	104
DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS.....	106
REGRA DE TRÊS.....	108
PROBLEMAS ENVOLVENDO REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	109
PORCENTAGEM.....	110
CÁLCULOS DE PORCENTAGEM.....	110
ACRÉSCIMOS E DESCONTOS.....	111
■ NOÇÕES DE ESTATÍSTICA.....	112
MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL.....	112

Média Aritmética Simples	112
Média Aritmética Ponderada	113
Moda.....	113
Mediana.....	114
MEDIDAS DE DISPERSÃO.....	114
Amplitude	114
Desvio Médio.....	114
Variância.....	115
Desvio Padrão	115
LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS (HISTOGRAMAS, SETORES, INFOGRÁFICOS) E TABELAS	115
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	121
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO.....	121
CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E ESCOLA	121
FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E COMPROMISSO SOCIAL DO EDUCADOR.....	138
GESTÃO DEMOCRÁTICA	143
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	145
PLANEJAMENTO, PLANO ESCOLAR, PLANO DE AULA	146
PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	150
CURRÍCULO: CONCEPÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	151
ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	153
CONFEÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS ESPECÍFICOS E/OU ADAPTADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE ESPECÍFICA DO(A) ESTUDANTE	155
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	156
ORGANIZAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO.....	156
FORMAÇÃO CONTINUADA	157
RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO, RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	159
ÉTICA NO TRABALHO EDUCATIVO	162
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	163
O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA E/OU COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): CONDIÇÕES DE ESTUDO	163

■ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	171
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DE 1988	181
(ARTIGOS 205 A 214, ATUALIZADOS)	181
■ DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI Nº 9.394, DE 1996, E ALTERAÇÕES).....	185
TÍTULO I – DA EDUCAÇÃO	186
TÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL	186
TÍTULO III – DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR.....	187
TÍTULO V: CAPÍTULO II – DA EDUCAÇÃO BÁSICA	189
CAPÍTULO V – DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	198
■ LEI Nº 10.639, DE 2003	200
OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA”	200
■ LEI Nº 11.645, DE 2008	202
OBRIGATORIEDADE DA TEMÁTICA “HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA”	202
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA (LEI Nº 8.069, DE 1990, E ALTERAÇÕES).....	204
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA: SAÚDE, PROTEÇÃO, EDUCAÇÃO, LAZER E ESPORTE	204
TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	204
TÍTULO II – DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: CAPÍTULO I – DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE	206
CAPÍTULO II – DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE	208
CAPÍTULO IV – DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	209
■ LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI Nº 13.146, DE 2015, E ALTERAÇÕES).....	211
TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	211
CAPÍTULO II – DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO	214
Seção Única – Do Atendimento Prioritário.....	215
TÍTULO II – DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: CAPÍTULO IV – DO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	216
■ ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL (LEI Nº 12.288, DE 2010, E ALTERAÇÕES)	217
■ REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL	232

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E ESCOLA

O Iluminismo

Em meados nos séculos XVII e XVIII, iniciou-se um movimento cultural e intelectual que se caracterizou pela crítica ao regime feudal e ao domínio religioso, sobretudo ao da Igreja Católica, chamado Iluminismo. Tal movimento defendia que a instrução e a ciência seriam capazes de libertar o homem das trevas (fanatismo, superstições, atraso e opressão) conduzir ao esclarecimento, questionando os fundamentos do poder absolutista¹ que subjugava o povo em detrimento da nobreza (BOTO, 2010).

O Iluminismo objetivou disseminar o conhecimento científico em contraposição ao pensamento religioso, que defendia o teocentrismo (Deus no centro de tudo) buscando ampliar a crítica racional para todos os campos do saber humano, passando a reconhecer (ou ver) o indivíduo no centro do conhecimento. Defendiam, ainda, que a fé deveria ser uma expressão individual, devendo a Igreja ser uma instituição distinta do Estado, neste sentido o Movimento Iluminista representou a ruptura gradativa do saber eclesiástico, baseado na fé e no imaginário das pessoas (BEZERRA, 2019, 2021).

Chamado de “século das luzes” a época Iluminista irrompe as fronteiras do imaginário e o conhecimento passa a ser constituído com base na razão, observações científicas e experimentos empíricos. Diversos filósofos, economistas e pensadores políticos contribuíram para o desenvolvimento da revolução burguesa e o capitalismo ao longo do Iluminismo. Segundo Santos (2013), este grupo propunha a inauguração de uma nova sociedade baseada na igualdade, justiça e liberdade fundamental para todos. A razão era, portanto, o caminho natural para o progresso, para a felicidade e para o equilíbrio da sociedade. Neste sentido, os pensadores filósofos iluministas defendiam que a para ser justa e racional para com todos, a sociedade deveria adotar três princípios básicos (SANTOS, 2013, p. 3 apud SHMIDT 1996, p. 86-87):

Igualdade jurídica: todos os homens deviam ser iguais perante a lei. Assim, eles atacavam o Antigo Regime, que era uma sociedade estamental, ou seja, os nobres possuíam alguns privilégios, como o não pagamento de impostos, as leis e os tribunais especiais, e a garantia de altos cargos no Estado.

Liberdade: todos os homens deveriam gozar de liberdades individuais fundamentais, tais como: liberdade de poder dizer e escrever o que quisessem e liberdade de possuir qualquer crença religiosa ou política. A ideia dos direitos fundamentais do homem foi criada pelos iluministas, que eram contra a escravidão, a servidão feudal e as torturas.

Tolerância: ninguém deveria ser punido por defender ideias políticas ou religiosas. Era isso que o filósofo Voltaire tinha em mente quando declarou: “Não concordo com uma só palavra que tu dizes, mas defenderei até a morte teu direito de proferi-las”.

Destarte, para a concepção iluminista a monarquia deveria estar submetida a uma constituição com a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (princípios básicos liberalistas). As propostas iluministas surgiram como respostas aos problemas enfrentados pela burguesia, que, no regime absolutista, limitavam a expansão dos negócios e, consequentemente, influenciavam na economia de um modo geral, prejudicando a ascensão desta classe (SANTOS, 2013). Os principais filósofos influenciadores do Iluminismo foram aqui organizados cronologicamente (RAMOS, 2021, online):

John Locke (1632-1704)	Entendia que o homem adquiriria conhecimento com o passar do tempo e por meio do empirismo
Bento de Espinosa (1632-1672)	Defendeu a ética e o pensamento lógico
Montesquieu (1689-1755)	Autor da divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário
Voltaire (1694-1778)	Defendia a liberdade de pensamento e fazia duras críticas à intolerância religiosa
Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)	Defendia a proposta de um Estado que garantisse a igualdade para todos (democracia)
David Hume (1711-1776)	Historiador e filósofo escocês, refutou o princípio da casualidade, defendendo o livre-arbítrio e o ceticismo radical
Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond d’Alembert (1717-1783)	Organizaram, juntos, a enciclopédia que reunia conhecimentos e pensamentos filosóficos da época
Adam Smith (1723-1790)	Economista e filósofo inglês, defendia do liberalismo econômico

¹ Sistema político que vigorou entre os séculos XVI a XVIII, que concentrava o poder na Monarquia. Criado para atender as demandas da nobreza.

Immanuel Kant (1724-1804)	Filósofo alemão, desenvolveu seus estudos e pensamentos nas áreas da epistemologia, ética e metafísica
Gotthold Ephraim Lessing (1729-1781)	Filósofo e dramaturgo alemão que defendia a liberdade de pensamento entre os cristãos
Benjamin Constant (1767-1830)	Escritor, filósofo e político francês (origem suíça). Sua principal defesa era o ideal de liberdade individual

Cabe ressaltar que os filósofos iluministas foram pessoas que tiveram acesso ao mundo letrado, participavam de comunidades científicas, rodas literárias e que tiveram acesso à educação. Neste sentido, o Iluminismo também foi um período marcado por contradições, pois ao mesmo tempo que se almejava uma ruptura com o absolutismo, a burguesia ganhava forças e a propriedade privada alçava as pessoas a classes mais abastadas. Mesmo com certas diferenças, a unicidade dos pensadores iluministas era que somente a educação poderia libertar o povo e com isso os métodos pedagógicos dos Jesuítas começaram a ser criticados, ligados a um ensino predominantemente religioso, estes foram substituídos (em Portugal e suas colônias) por professores leigos. A esse respeito, Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1713-1792), um médico (filósofo e pedagogo) português, e seu parceiro Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) fizeram duras críticas à pedagogia dos jesuítas, ambos propuseram retirar a educação da Companhia de Jesus e passá-la para o Estado, no sentido de criar uma escola laica, mas com ensinamentos diferentes para as camadas sociais: uma escola para os pobres, onde aprenderiam o suficiente para exercer suas atividades profissionais (e laborais) e uma outra escola para uma elite capaz suprir as necessidades do Reino. Suas obras *As contribuições de Verney* se encontram no livro *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), enquanto as contribuições de Ribeiro Sanches, em *Cartas para Educação da Mocidade* (1759). Fazendo uma breve comparação entre as duas obras, podemos concluir que o Verdadeiro Método apresenta uma preocupação com o estudo, com a aprendizagem das línguas e demais saberes, enquanto Cartas se ateuve mais à administração e reorganização do ensino, deixando claras as finalidades da escola, o perfil do professor e qual o “tipo” de aluno que poderia ter acesso a determinados conhecimentos.

Para concluir, o Iluminismo foi importante para o desenvolvimento da ciência e do humanismo. A Enciclopédia², obra que sintetizava as principais ideias (e dados) iluministas acerca das ciências naturais e humanas, foi publicada por Denis Diderot (1713-1784) e seu parceiro Jean Le Rond D’Alembert (1717-1783) em 1751, e, além disso, era formada por 35 volumes com artigos e ilustrações de cientistas, pesquisadores e filósofos. Sabe-se que sua edição se entendeu por 22 anos, até 1772.

O Positivismo

De acordo com Mendonça (2010), o Positivismo surgiu na França em meados dos séculos XIX e XX, argumentando que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro e legítimo. Esta corrente filosófica foi desenvolvida pelo pensador francês Auguste Comte (1798-1857), considerado o primeiro filósofo da ciência moderna. A ele também é atribuída a criação da disciplina de Sociologia, que tinha como princípio a reconciliação entre os pontos estáticos e dinâmicos na sociedade. Para Comte, o progresso social da humanidade se daria por meio da ciência e da ordem, ou seja, o avanço poderia ser atingido sem causar desordem ou abalar o sistema social (MENDONÇA, 2010).

A autora ainda destaca que o Positivismo é uma teoria de desenvolvimento social que afeta diretamente o campo das ciências e da política, e foi influenciado pelo iluminismo francês. De Lacerda (2004) explica que Comte viveu em um período em que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial — os regimes déspotas e revolucionários se alternavam — desencadearam uma explosão demográfica e crescimento desordenado dos centros urbanos e, diante deste cenário, as questões sociais como desigualdade social, miséria, fome e o acometimento de doenças trouxeram muita instabilidade política para a sociedade. Como resposta para essa “desordem social” Comte apresentou sua teoria (ou corrente) positivista que, com rigor civil e ordem política, segundo o filósofo, poderiam mudar o quadro caótico da ocasião (DE LACERDA, 2004).

A corrente positivista defendia duas linhas (ou vertentes): a orientação científica e orientação psicológica. Por meio da **orientação científica** pode-se explicar as analogias das situações práticas, como, por exemplo, as leis da física, as relações sociais e éticas. Já pela **orientação psicológica**, através da linha teórica da sociologia, seria possível investigar a natureza humana. Para Comte, a Sociologia como ciência poderia ser aplicada a todas as sociedades, uma vez que suas proposições se constituíam na observação dos fenômenos sociais, dos fatos mensuráveis refutando completamente todo o conhecimento que não pudesse ser comprovado cientificamente.

Neste sentido, Comte escreveu a obra *Apelo aos Conservadores*, em que apresentava a **Lei dos Três Estados** (PORFÍRIO, 2021, online):

- **Estado Teológico:** momento primitivo em que os seres humanos procuravam respostas para os dilemas da vida em **elementos sobrenaturais e irracionais**, como a atuação dos deuses, **seres místicos** e forças sobrenaturais;
- **Estado Metafísico:** a Filosofia surge para substituir as explicações teológicas por especulações baseadas em **argumentos lógicos e racionais**, impulsionando a busca pelo conhecimento verdadeiro;
- **Estado Positivo:** quando a ciência, baseada na **observação rigorosamente metódica**, seria a responsável por elaborar o conhecimento humano sobre a natureza, buscando respostas na própria natureza.

Esta lei ilustra as etapas (ou estágios) pelas quais o ser humano passa durante seu processo de evolução em relação às concepções da vida. Deste modo, o positivismo privilegia a observação e compreensão dos fenômenos de uma sociedade que, para ele, abandonaria as antigas crenças, superstições e dogmas sem explicação científica, em favor de uma proposta de vida mais justa e igualitária (COMTE, 2015).

Assim sendo, uma sociedade positivista funcionaria seguindo orientações para o bem-estar de todos (ou pelo menos da maioria) dos indivíduos. Ademais, enquanto doutrina filosófica, o positivismo tem, nas ciências, a devoção orgânica da razão de ser e estar das pessoas, seguindo, como seus modelos, a Matemática, a Física, a Astronomia, a Química, a Biologia e, também a Sociologia, destacando-se das demais ciências porque, segundo Comte, traz, em seus arcabouços, os valores cumulativos e transculturais (BEZERRA, 2019.)

De acordo com Porfírio (2021, ONLINE) as principais características do positivismo de Comte são:

- **Doutrina filosófica:** a inspiração política do positivismo estava no **Iluminismo**. Os primeiros filósofos iluministas defendiam que o **conhecimento** deveria ser universalmente estimulado, mediante uma **educação emancipadora** para levar a **autonomia social** a um nível em que a humanidade progrediria moralmente pelos frutos do progresso intelectual. Esse progresso somente seria pleno, no momento em que todos se juntassem em prol da **busca pelo conhecimento esclarecedor** sobre o mundo.
- **Doutrina sociológica:** a ordem social estaria intimamente ligada ao **desenvolvimento moral** e ao **desenvolvimento científico**. Portanto, seria necessário, além de entender a natureza, entender o funcionamento da sociedade, levando em conta a atuação dos seres humanos e criando teorias doutrinárias que ditassem um modo de agir que levasse ao progresso. O rigor e a ordem eram imperativos nessas teorias, pois eram eles que garantiriam o pleno desenvolvimento humano.
- **Doutrina política:** a disciplina, o rigor e a ordem social eram requisitos políticos para a garantia do avanço social na visão de Comte. Somente com ações voltadas para o **desenvolvimento de uma disciplina** pessoal e coletiva, cultivada juntamente com o aprendizado das ciências e com o trabalho sociológico, a política poderia render um estágio de progresso capaz de levar a humanidade ao seu ápice.
- **Desenvolvimento das ciências e das técnicas:** a tecnologia e a ciência eram partes importantíssimas da teoria de Auguste Comte. Segundo o filósofo, nenhum progresso seria possível no estágio positivo sem o alto grau de aperfeiçoamento científico aliado ao alto **desenvolvimento tecnológico**, o que impulsionaria a humanidade sempre adiante.
- **Religião positiva:** a religião sempre foi característica comum da humanidade. Os seres humanos sempre buscaram o culto a algum tipo de divindade para explicar o inexplicável. Como a busca por explicações mais elaboradas é marca comum do estágio positivo, a religião tradicional daria lugar, segundo o pensamento positivista, a um novo tipo de religião, o **cientificismo**. O cientificismo seria o ato de **depositar nas ciências toda a fé** em relação

ao conhecimento e ao desbravamento do mundo, entendendo que **não há sobrenatural**, mas somente natureza. As ciências ocupariam, para os positivistas, o lugar que Deus ocupou nas religiões desenvolvidas até então.

Em meados de 1850, o positivismo foi inserido no Brasil, mais precisamente (e sistematicamente) na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com o surgimento de trabalhos com enfoques positivistas nas áreas da Matemática, Astronomia e Física. Aos poucos, as ideias de Comte foram sendo disseminadas para a sociedade como um todo, influenciando não só o conhecimento científico, mas, também, os aspectos sociais, morais e estéticos com uma nova concepção de mundo como solução para os problemas da natureza e da sociedade como um todo (LIMA; HORTA, 2008).

O positivismo influenciou fortemente o movimento da Proclamação da República, que culminou na deposição de Dom Pedro II, em 1889. Nos primeiros anos republicanos, tendo como presidente o Marechal Deodoro da Fonseca, surgiram diversos símbolos nacionais, como a Bandeira do Brasil e o Hino Nacional, todos inspirados pelas concepções positivistas de liberdade individual, de autonomia moral, de ordem e o rigor social. Assim, por exemplo, o lema “Ordem e Progresso” não foi uma escolha aleatória, mas uma marca cívica do progresso da sociedade brasileira da época: O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim (GEORGIA, 2013)..

Pedagogia Socialista

O pensamento pedagógico socialista opõe-se ao pensamento burguês, uma vez que propõe uma educação igualitária para todas as pessoas. Para a Pedagogia Socialista, o trabalho pedagógico deveria ser organizado para promover a emancipação humana. (ABREU, 2013). Neste sentido, cabe lembrar que a proposta socialista surgiu em um período difícil para a antiga União Soviética, que apresentava níveis altíssimos de analfabetismo. Em toda a Rússia, havia 104 escolas secundárias rurais, 434 ginásios e 276 escolas profissionais para uma população de 160 milhões de habitantes. Sete em cada dez habitantes (sem contar as crianças com menos de 9 anos de idade) não sabiam ler nem escrever; em 1917, ano da Revolução, 71,6% da população, dos nove aos 49 anos, era analfabeta (SAVIANI, 2012).

O autor destaca que, nas escolas primárias (paroquiais), o ensino se limitava em transmitir a doutrina religiosa, noções de leitura, escrita e aritmética (operações básicas) e canto (também religioso). De acordo com Bitar e Ferreira Jr. (2015 on-line), “*Existiam ainda institutos para moças nobres, corpos de cadetes, e outros estabelecimentos de ensino para as elites, que, além de outros conhecimentos, aprendiam as maneiras aristocráticas de viver*”. Nos ginásios, predominava o ensino de humanidades e línguas antigas e, nas escolas profissionais, a preferência era pelas matérias das ciências naturais, matemática e disciplinas técnicas. Entre 1800 e 1913, os institutos pedagógicos da Rússia formaram apenas seis mil professores, cerca de 25% da necessidade do país (SAVIANI, 2012).

Destarte, o regime do Czar Nicolau II colocara toda a população de trabalhadores, principalmente os do campo, em uma situação de miséria, produzindo uma massa de famintos e descontentes. Cabe destacar que,

neste período, a economia do país era predominantemente rural. Em 1917, liderados por Wladimir Lenin, o partido Bolchevique derrubou o governo autocrata do Czar, o que ficou conhecido como a Revolução Russa (BRITO, 2020).

Nereide Saviani (2012) esclarece que, em meio à luta pela consolidação de um governo nascido de uma revolução popular vitoriosa, Krupskaya, Pokrovsky e Lepshinky elaboraram, em conjunto, o documento “Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho” (outubro de 1917) que resultou na “Declaração sobre a Escola Única do Trabalho”, responsável por apresentar os princípios de uma escola socialista que objetivava eliminar os resquícios da proposta de educação burguesa (excludente), a fim de implantar uma formação para a classe trabalhadora (pedagogia socialista, com vistas a possibilitar o acesso à uma escola pública e laica (mas não neutra). Além disso, a autora explicita que a formação proposta por Krupskaya consistia-se em uma escola do trabalho, conectando os conhecimentos teóricos com a vida prática e produtiva da sociedade, com objetivo de desenvolvimento politécnico em contraponto ao desenvolvimento especializado. Para ela, a educação é o meio indispensável para se construir uma nova sociedade socialista. A respeito disto, Saviani (2012, p. 29) destaca:

Para Krupskaya, os desafios dos primeiros anos seriam: livrar-se da herança da escola antiga (manuais impregnados da ideologia burguesa, ênfase em abordagens religiosas, chauvinismo, métodos adestradores, resistência reacionária do magistério); dotar o ensino de novo conteúdo e novos métodos; ligar a escola com a vida, aproximando-a da população; propiciar a compreensão da vida concreta e o desenvolvimento da capacidade de trabalhar, estudar e viver coletivamente.

Um dos princípios mais importantes da nova formação implantada foi a individualização do ensino, que consistia em atender as inclinações e especificidades do perfil (ou caráter) de cada estudante, no sentido de proporcionar uma educação o mais adequada possível às suas necessidades específicas. Não se trata de uma educação individual, mas individualizada, com o intuito, também, de formar os sujeitos com capacidade para a vivência coletiva e solidária. Nereide Saviani (2012) explica que Krupskaya defendia também a mesma educação para ambos os sexos, para ela, a escola era o meio mais adequado para esta proposta de educação. Buscou parcerias com as organizações estudantis, dos docentes etc. Neste sentido, compreendendo que um dos maiores desafios da revolução era a emancipação das mulheres, argumentava que a educação deveria promover ações para todos (meninas, moças, meninos e rapazes) cujo objetivos eram (SAVIANI, 2012, p. 32):

1. Exercer controle social sistemático para superar sobrevivências do passado: insuficiente desenvolvimento cultural; dificuldade de estudar (em razão da sobrecarga de trabalho doméstico e cuidado dos filhos); não atendimento à lei de obrigatoriedade de ensino.
2. Liquidar o analfabetismo entre as mulheres.
3. Combinar educação social com educação familiar (elevar a cultura e a instrução dos pais, aprimorar a educação dos meninos e rapazes).
4. Garantir às mulheres o direito ao estudo.

5. Enfrentar de modo novo os problemas milenares: conceitos de matrimônio, maternidade e família; papel e tarefas da mulher; direitos e saúde da mulher.

Tratava-se de uma concepção para além da educação propriamente dita, visto que Lenin considerava a indissociabilidade entre trabalho e educação, ou seja, defendia a percepção de que a educação não se restringe à escola e, também, de que a dimensão educativa não está limitada à formação para o trabalho, o que reduz a classe produtora à geração de mercadorias para a produção de mais-valia. (SAVIANI, 2020). A proposta era implantar a Educação Politécnica, que consistia em (SAVIANI, 2012, p. 32-33):

Desenvolver práticas de trabalho coletivo e de auto-gestão. Contribuir para a formação de uma moral nova (interesses gerais acima dos particulares). Preparar a jovem geração para valorizar e realizar tanto o trabalho manual quanto o intelectual. Proporcionar aos estudantes os fundamentos das ciências (torná-los cultos). Formar especialistas em todos os domínios.

Krupskaya defendia a concepção de uma escola única, com seus vários ramos, modalidades, graus e níveis que se articulariam em diretrizes comuns, seguindo as suas especificidades, de acordo com o desenvolvimento da indústria moderna e a sua participação na sociedade. Se há uma indústria têxtil, cabe à escola ensinar a tecer, fiar a mão ou à máquina, em cada localidade, identificar a sua produção e ensinar sobre a matéria-prima utilizada, como são manufaturadas, características dos métodos de produção, possibilidades de aprimoramento, quais profissões e quais tarefas estão envolvidas no processo, necessidades formativas, condições de trabalho, remuneração e direitos. Esta abordagem deveria ser aplicada em todos os ramos e nas escolas politécnicas, com o intuito de superar a dicotomia das escolas primária, secundária e superior. Tratava-se de propiciar ao jovem condições de escolha da profissão que atendessem suas necessidades e prioridades sociais (SAVIANI, 2011).

Freitas (2017) explica que a política educacional deste período enfrentou enormes dificuldades para ser posta em prática nas escolas, devido às condições materiais de funcionamento das instituições de ensino, à ausência de orientações explícitas sobre como os professores deveriam proceder, a resistência e o despreparo do magistério para implementar as novas exigências curriculares foram os principais motivos. Uma nova escola necessitava de um novo professor, algo que precisaria ainda ser organizado e levaria bastante tempo (FREITAS, 2017, on-line). Contudo, é importante frisar que, embora a educação politécnica não tenha sido plenamente implantada, o governo de Lenin conseguiu vencer o analfabetismo em um curto prazo de tempo, com uma educação universal, sendo possível lidar de igual para igual com os Estados Unidos na área econômica e militar.

Escola Nova

O Movimento da Escola Nova buscava a renovação do ensino, e surgiu no final do século XIX, mas se fortaleceu na primeira metade do século XX. Além disso, influenciou especialmente a Europa, os Estados Unidos e o Brasil, principalmente nas áreas sociais,

da economia e da política. Neste período, o mundo estava passando por grandes transformações e vivia um crescimento industrial, acompanhado da expansão dos centros urbanos. A proposta da Escola Nova se apresentava como uma propulsora do desenvolvimento da autonomia do estudante)

John Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano, defendia a democracia e a liberdade de pensamentos, argumentando que estes seriam os caminhos (ou instrumentos) para que as crianças alcançassem a maturidade física, intelectual e emocional (FERRARI, 2008a). Principal influenciador da Escola Nova no Brasil, Dewey defendia que o ensino estivesse conectado à experiência do aluno em sala de aula. Influenciado pelo pragmatismo teórico norte-americano, propôs inovações que consistiam no trabalho com a pesquisa em ciências para que o ambiente pedagógico fosse mais democrático e atrativo, questionando assim a hierarquia entre professor e aluno. Embora pensasse na democracia em sala de aula, Dewey não questionava a estrutura das classes sociais e tampouco propunha que a educação pudesse significar uma mudança social. O objetivo pedagógico da Escola Nova intencionava alterar as relações entre professor, aluno e o saber, voltando-se mais para o ambiente de sala de aula do que para os objetivos educacionais gerais. A este respeito, o pedagogo Adolphe Ferrière (1879-1960) em sua obra intitulada “A Escola Ativa” defendia que colocar a criança como centro do processo educacional traria enormes benefícios para seu desenvolvimento global (HAMZE, 2021c)

Os objetivos da Escola Nova — ampliação do ensino e centralidade educativa da criança — visavam a modernização, a democratização, a industrialização e urbanização da sociedade (MENEZES, 2001). A **ampliação do ensino** estava ligada à consolidação burguesa de educação, no sentido de educar a população urbana no recente processo de industrialização no Brasil, ou seja, não tinha como primícia a mudança social ou libertação da opressão das classes populares. O ideal principal compreendia colocar o país no caminho da modernidade industrializada. Já a **centralidade educativa da criança** era um princípio que os teóricos de educação na Europa defendiam há tempos em contraposição à educação tradicional, que trazia o professor como centro e autoridade do processo de ensino-aprendizagem. Na proposta escola novista, o professor é um facilitador, deve auxiliar o estudante a pensar, a desenvolver um pensamento crítico, livre e espontâneo, a criança deveria ser vista como uma criança, com seu tempo de maturidade e crescimento respeitados. A crítica este modelo de ensino consistia em o movimento abrir mão dos conteúdos tradicionais e passar a não exigir resultados sistematizados dos alunos, aceitando apenas a espontaneidade. (HAMZE, 2021c).

O método de ensino da Escola Nova defendia que o conhecimento se daria no aprender a aprender ou no aprender fazendo. O estudante deveria ser estimulado a fazer pesquisas, resolver problemas cotidianos a partir do meio social e natural a qual estava inserido. O trabalho individual fazia parte da metodologia e o trabalho coletivo ocorria apenas para socializar os resultados obtidos e as experiências vivenciadas, acreditando-se que o conhecimento é construído por meio do consensos, das discussões com os pares, trazendo um fortalecimento aos ideais liberais de formação dos indivíduos, pois, o pensamento liberal acreditava que

por meio da educação seria possível construir uma sociedade que levasse em consideração as diversidades e o respeito a individualidade, tornando o cidadão mais atuante no contexto onde está inserido. (HAMZE, 2021c). Para Dewey, havia uma necessidade em se estreitar a relação teoria-prática, que para ele só faziam sentido se estivessem ligadas com o dia a dia do estudante (FERRARI, 2008b, p. 3).

O autor destaca que, para Dewey, a escola era um lugar que deveria imitar uma comunidade em miniatura, apresentando o mundo de forma simplificada, organizada para que, aos poucos, os estudantes pudessem refletir para compreender as situações mais complexas, no sentido literal de ensinar o estudante a viver no mundo. Neste sentido, Ferrari (2008a, online) explica:

A educação, na visão deweyana, é “uma constante reconstrução da experiência, de forma a dar-lhe cada vez mais sentido e a habilitar as novas gerações a responder aos desafios da sociedade”. Educar, portanto, é mais do que reproduzir conhecimentos. É incentivar o desejo de desenvolvimento contínuo, preparar pessoas para transformar algo. A experiência educativa é, para Dewey, reflexiva, resultando em novos conhecimentos. Deve seguir alguns pontos essenciais: que o aluno esteja numa verdadeira situação de experimentação, que a atividade o interesse, que haja um problema a resolver, que ele possua os conhecimentos para agir diante da situação e que tenha a chance de testar suas ideias. Reflexão e ação devem estar ligadas, são parte de um todo indivisível. Dewey acreditava que só a inteligência dá ao homem a capacidade de modificar o ambiente a seu redor.

Em 1932, acontecia no Brasil a IV Conferência Nacional de Educação, e a Igreja Católica externava seu descontentamento com Anísio Teixeira (1900-1971), Lourenço Filho (1897-1970) e Fernando de Azevedo (1894-1974), os principais precursores da Escola Nova. Neste contexto, foi publicado o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Os educadores supracitados defendiam a escola pública e laica, uma sociedade homogênea regida pelo princípio da igualdade de oportunidade para todos, enquanto a Igreja queria fortalecer as propostas educacionais com o objetivo de incutir propósitos cristãos à elite intelectual e política do país (MARINHO, 2022). Entretanto, em seu esboço publicado pela Companhia Editorial Nacional de São Paulo, mais precisamente no item 10, podemos verificar que o sistema educacional privilegiaria os melhores para a ascensão social (LEMME, 2005, p. 175):

10. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o jardim de infância à universidade, “em vista da seleção dos melhores”, e, portanto, o máximo desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais e supernormais (classes diferenciais e escolas especiais).

Destarte, a proposta educacional da Escola Nova no Brasil não propunha uma emancipação social, mas uma manutenção do *status quo* da sociedade burguesa. Na teoria, as propostas escola novistas defendiam que as classes populares tivessem a sua educação garantida pelo Estado, de forma gratuita e igualitária.